

AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

amaurisegalla@diariosassociados.com.br

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, O PREÇO DO ARROZ, BASE DA ALIMENTAÇÃO DA MAIORIA DOS BRASILEIROS, ACELEROU 50%, E NOVAS ALTAS ESTÃO PREVISTAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

Alta de preços chega a todos os setores

A inflação está por toda a parte. Em junho, o preço médio dos imóveis residenciais subiu 0,57%, o maior avanço mensal em sete anos. Nos seis primeiros meses de 2021, o valor do carro zero quilômetro aumentou entre 10% e 20%, a depender da montadora. Há pelo menos uma década não havia na indústria automobilística uma disparada tão violenta. Botijão de gás, luz, gasolina, alimentos, roupas, tudo está custando muito caro, e não é de hoje. A equipe econômica de Paulo Guedes insiste que a situação está sob controle, mas a chamada economia real, aquela que afeta o dia a dia das pessoas, mostra exatamente o contrário. A inflação é ainda mais pesada para os pobres: nos últimos 12 meses, o preço do arroz, base da alimentação da maioria dos brasileiros, acelerou 50%, e novas altas estão previstas para os próximos meses. Com a retomada ainda gradual do mercado de trabalho, o descontrole de preços poderá gerar dificuldades adicionais para quem está desempregado. É hora de ligar o sinal de alerta.

Ed Alves/CB/D.A Press



RAPIDINHAS

Uma nova modalidade ganha força no comércio eletrônico: o "cross border", expressão para designar compras feitas além das fronteiras. Segundo o estudo Webshoppers do ebit/ Nielsen, em 2020 os brasileiros movimentaram R\$ 22 bilhões em produtos adquiridos no exterior, ou alta de 76% sobre o ano anterior.

Quer morar fora? A Finlândia pode ser uma opção. O governo criou a Helsinki Business Hub, agência de promoção de investimentos destinada a atrair estrangeiros. Os interessados passam por processo seletivo que inclui um período de experiência de 90 dias na capital finlandesa. A prioridade é para projetos na área de tecnologia.

O mercado de trabalho dá sinais de recuperação. É isso o que mostra o Indicador Antecedente de Emprego medido pela Fundação Getúlio Vargas. Em junho, o índice chegou a 87,6 pontos — é o maior nível desde fevereiro de 2020. "A expectativa para os próximos meses é de continuidade dessa recuperação", diz o economista Rodolpho Tobler.

A rede de malas e bolsas Le Postiche montou uma operação de guerra para sobreviver à crise. Após entrar com o pedido de recuperação judicial, a empresa decidiu reorganizar a operação. Nos últimos dois meses, 40 das 80 lojas próprias foram fechadas e novos produtos foram adicionados ao portfólio, como cabos e carregadores de celular.

Editais do Grupo Carrefour recebem milhares de inscrições

O Grupo Carrefour Brasil fechou o balanço de sua primeira ação direta para beneficiar organizações que fomentam equidade racial ou empreendedorismo negro. Foram 1625 inscrições de 26 estados brasileiros para três editais: educação para o combate ao racismo, aceleração empreendedora e reforço institucional. No total, serão investidos R\$ 2 milhões pelo Carrefour em 40 organizações como parte de compromissos firmados pela companhia para combate ao racismo. Cada organização receberá até R\$ 65 mil.



Damen Meyer/AF - 25/12/21

Alpargatas lança plataforma de streaming

A Alpargatas lançou um produto inédito para engajar os 17 mil colaboradores: uma plataforma de streaming. O serviço traz desde o conteúdo tradicional (vídeos sobre sistemas de gestão) até outros mais ousados, como produções especiais sobre temas como diversidade e sustentabilidade. A série que trata de meio ambiente, por exemplo, conta com 12 episódios que discutem consumo consciente e economia circular. Nos Estados Unidos, diversas empresas possuem projetos parecidos.

Jornada de quatro dias por semana aumenta produtividade

O governo da Islândia fez um experimento que pode inspirar países do mundo inteiro. Desde o início do ano, funcionários do governo reduziram a jornada de trabalho para quatro dias por semana. O resultado surpreendeu: não foi apenas a qualidade de vida que melhorou, mas os profissionais se tornaram mais produtivos. O programa é a continuidade de teste semelhante feito com 2,5 mil colaboradores de 100 empresas. O resultado foi idêntico: as companhias notaram o aumento expressivo da produtividade.



As empresas são agentes transformadores e precisam olhar o país não apenas como fonte de lucros"

Alcione Albanesi, empresária e fundadora da instituição Amigos do Bem

993,2 mil

carros usados foram vendidos no Brasil em junho. É o melhor resultado do ano. No acumulado de 2021, 5,4 milhões de unidades trocaram de dono, alta de 63% sobre igual período de 2020

GOVERNO / Desestatização total dos Correios enfrenta obstáculos legais, resistência no Congresso e forte oposição de servidores. Segundo parecer da PGR, a Constituição veda a prestação dos serviços postais e do correio aéreo nacional pela iniciativa privada

Controvérsia com endereço

» VERA BATISTA

A novela da privatização dos Correios ganhou mais um capítulo. O governo federal definiu o modelo de desestatização da empresa e quer se desfazer de 100% do capital da estatal, segundo o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Mac Cord afirmou que o plano é vender o controle integral da empresa, em um leilão tradicional, com abertura de envelopes. De acordo com o secretário, no modelo de leilão o comprador levará ativos e passivos da companhia. A iniciativa, no entanto, enfrenta resistências.

Ontem, a Procuradoria-Geral da República afirmou ser inconstitucional a privatização total dos serviços prestados pelos Correios. Em manifestação sobre a Ação Direta de Constitucionalidade apresentada no Supremo Tribunal Federal pela Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), o procurador-geral da República, Augusto Aras, lembrou que a Constituição veda a transferência dos serviços postais e do correio aéreo nacional para a iniciativa privada. "Conforme entendimento já manifestado nos autos por esta Procuradoria-Geral da República, o inciso X do art. 21 da Constituição Federal não possibilita a prestação indireta dos serviços postais e do correio aéreo nacional. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT até poderia ser cindida, com a desestatização da parte da empresa que exerce atividade econômica", escreveu o procurador-geral.

A privatização também enfrenta obstáculos no Congresso. Especialistas ouvidos pelo **Correio** consideram improvável que a proposta passe pelo Con-

» Gás natural fica 7% mais caro

A Petrobras informou ontem que, a partir de 1º de agosto, ajustará em 7% os preços de venda de gás natural para as distribuidoras. Segundo a empresa, o aumento ocorre em razão da cotação do petróleo e da taxa de câmbio. O cálculo considerou como referência a cotação dos meses de abril, maio e junho. Durante esse período, o petróleo subiu 13% e o real valorizou aproximadamente 4% em relação ao dólar. O preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da companhia, observou a estatal, mas também pelas margens das distribuidoras (e, no caso do Gás Natural Veicular, dos postos de revenda) e pelos tributos federais e estaduais.

gresso como está. Sairá "desidratada" e provavelmente não representará a economia prevista para os cofres públicos como quer o governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende definir o assunto até dia 17, quando começa o recesso parlamentar. Mas a proposta do governo é alvo de fortes críticas. Para a deputada Fernanda Melchionna (PsoL-RS), a privatização é "escandalosa e inconstitucional". "Até a Procuradoria-Geral da República (PGR), que sempre defende esse governo, já constatou isso. A quebra do monopólio vai encarecer o custo do serviço. E esse governo, rejeitado por mais de 63% da população, não tem moral para um projeto dessa dimensão. Sem falar que é preciso avaliar com calma o destino de cerca de 100 mil trabalhadores", afirmou a deputada.

As estratégias para barrar o avanço do Projeto de Lei (PL 591/21) do governo já estão em curso. "Vamos brigar para que es-

sa matéria não seja pautada", reforçou Fernanda Melchionna. Pelas redes sociais, o deputado José Guimarães (PT-CE) também reagiu. "Governo Bolsonaro ao vender nossas empresas estratégicas, ataca nossa soberania nacional. O Brasil fica refém de empresas que não visam os interesses nacionais, mas, sim, seus interesses privados", publicou, ao se referir ao PL 591/21.

Lira disse que pretende votar o PL 591 em breve. Na manhã de ontem, ele reforçou que o relatório do deputado federal Gil Cutrim (Republicanos-MA) já estava pronto para ser entregue e que o prazo para a votação vai até o final de agosto. Procurado pelo **Correio**, Gil Cutrim não retornou ao contato do jornal.

Balão de ensaio

Analistas desconfiam das pretensões do governo com a privatização dos Correios. O economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, avalia que o discurso governista "está parecendo um balão de ensaio". "Objetivamente, foi um balão de ensaio para testar o mercado, não somente o financeiro, mas o político, o dos relacionamentos. Ainda há muito caminho a trilhar", disse Bergo. "Sabemos da intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do governo, de privatizar os Correios. No entanto, trata-se de uma categoria bem articulada, corporativista. Não vai ser fácil passar no Congresso", ponderou.

Ele considera que, de fato, os Correios estão em uma encruzilhada. Até bem pouco tempo, havia um monopólio. Atualmente, várias empresas internacionais entram com força no mercado brasileiro. E a pandemia, afirmou, mostrou que os Correios carece de competitividade.

Minervino Júnior/CB/D.A Press - 19/8/20



Agência dos Correios no SIA: investimento na empresa é tido como fator crítico no debate sobre desestatização

Dívidas somam R\$ 2 bilhões

O economista Gil Castello Branco, especialista em finanças públicas e secretário-geral da Associação Contas Abertas, concorda que haverá dificuldades no Congresso. A empresa está presente nos 5.570 municípios brasileiros, na maioria operando com prejuízo, mas cumprindo funções sociais importantes. Segundo o Panorama das Estatais lembrou, em março deste ano, os Correios tinham 93.050 empregados, muitos com receio de demissão após a venda.

Castello Branco reforçou que o endividamento da ECT é de aproximadamente R\$ 2 bilhões. O fundo de pensão dos empregados, o Postalís, tem déficit de R\$ 7 bilhões e está em Termo de Ajustamento de Conduta com a Previc, autarquia reguladora. "Os servidores, mensalmente, arcam com parte dos seus salários para cobrir o rombo causado por más gestões e por corrupção. Em um ano eleitoral, como será 2022, a privatização dos Correios será um tema controverso", enfatizou Castello Branco. A Associação dos Profissionais

dos Correios (ADCAP) elencou 10 pontos contrários à narrativa do governo. A entidade afirma não haver razões de ordem técnica, econômica ou legal para prosseguir com a tentativa de privatização. Entre os motivos mais importantes, ressaltam que o investimento necessário na empresa é de R\$ 2 bilhões por ano e que, atualmente, a estatal só investe R\$ 300 milhões. Por isso há demora nas entregas e perda de participação no mercado. De acordo com a ADCAP, ao longo de 358 anos de história, os Correios fizeram investimentos necessários para ter uma infraestrutura nacional em pleno funcionamento. "Agora é só mantê-la e modernizá-la. E os Correios, que lucraram mais de R\$ 1,5 bilhão em 2020 e têm baixíssimo endividamento, podem tranquilamente realizar os investimentos necessários", afirma o documento emitido pela associação. Quanto às dívidas herdadas (R\$ 2,5 bilhões de prejuízos acumulados e R\$ 7,5 bilhões com fundos de pensão e plano de saúde), a

associação garante que foram lançadas nos balanços por decisões, à época, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que retiraram dividendos em excesso dos Correios, congelaram tarifas por dois anos e nada fizeram por ocasião da implantação de uma nova norma contábil que impactou severamente os balanços de grandes empregadoras, como Correios e Caixa. A ADCAP afirma ainda que o Ministério da Economia está ciente da situação positiva da empresa. "Os Correios realizaram recentemente uma avaliação dos riscos de continuidade operacional para os próximos 10 anos. O estudo, que deveria ser de conhecimento do Ministério da Economia, que tem assento no Conselho Fiscal da Empresa, apontou não haver riscos. Ou seja, a organização tende a manter positiva sua curva de resultados bilionários ao longo da década, não havendo, portanto, nenhum cabimento em se falar em risco de os Correios se tornarem dependentes do Tesouro Nacional", reafirma a associação.